

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO.

QUESTÕES DO BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

1. Com fundamento na jurisprudência consolidada do C. TST, aponte a alternativa correta a respeito de compensação de jornada:

- a) A compensação de jornada de trabalho só pode ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva.
- b) O acordo individual para compensação de horas não é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- c) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- d) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias, assim como aquelas destinadas à compensação.
- e) O regime compensatório na modalidade “banco de horas” pode ser instituído por acordo individual escrito, bem como por acordo ou convenção coletiva.

GABARITO: C

2. O art. 59 da CLT estabelece que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho. Sobre as horas extraordinárias é correto afirmar que:

- a) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 120 (cento e vinte) dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.

- c) No chamado “banco de horas”, em havendo a rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas não compensadas, de forma simples, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- d) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que prevista a forma de compensação em norma coletiva.
- e) Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho” ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

GABARITO: E

3. A respeito da equiparação salarial, levando-se em conta as disposições da CLT, assim como o entendimento jurisprudencial sedimentado do C. TST, é incorreto afirmar que:

- a) O art. 37, inciso XIII, da CF/1988, veda a equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, sendo juridicamente impossível a aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos, independentemente de terem sido contratados pela CLT.
- b) O conceito de mesma localidade refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
- c) É possível a equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem, quando preenchidos os requisitos de igual produtividade e mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos, tendo em vista o princípio do contrato realidade.
- d) Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, se não demonstrada a presença dos requisitos da equiparação em relação ao paradigma que deu origem à pretensão, caso arguida a objeção pelo reclamado.
- e) Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

GABARITO: C

IMPUGNAÇÕES: *“A interpretação aplicada pela candidata ao texto da alternativa “a” da questão “3” não conta com o amparo do inciso XIII, do Art. 37, da Constituição Federal, cujo texto é o seguinte: XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público”.*

4. Assinale a alternativa correta, a respeito da aposentadoria espontânea.

TRT 15 – Conc. 2011

- a) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. Assim sendo, indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria.
- b) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, a não ser que o empregado continue a trabalhar na mesma empresa, após a concessão do benefício por parte da Previdência Social.
- c) O ato de concessão de benefício de aposentadoria a empregado que não tiver completado 35 anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício.
- d) Na aposentadoria espontânea de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista é permitida sua readmissão desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público.
- e) O parágrafo 2º, do art. 453 da CLT, introduzido pela Lei n. 9.528, criou modalidade de despedida arbitrária ou sem justa causa, sem indenização, o que não poderia ser feito sem ofensa ao disposto no art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais, que prevê a multa de 40% sobre o FGTS. Com tais fundamentos, o C. STF declarou inconstitucional o referido parágrafo 2º do art. 453 consolidado.

GABARITO: E

IMPUGNAÇÕES: *“A questão pede a indicação da alternativa correta, e não da incorreta. A proposta da alternativa “b” afirma que a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, ao contrário do que afirma a OJ 361, da SD11, cujo teor é o seguinte:*

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. UNICIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS SOBRE TODO O PERÍODO. A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.

A proposta da alternativa “c” é considerada equivocada ante a decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal quando apreciando a ADIN 1721-3, deferindo pedido de medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do § 2º do art. 453 da CLT:

O Tribunal, por votação majoritária, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do § 002º do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pelo art. 003º da Lei nº 9528, de 10/12/97, em que se converteu a Medida Provisória nº 1596 - 14, 10/11/97, vencidos os Ministros Nelson Jobim, Octavio Gallotti, Sydney Sanches e Moreira Alves, que o indeferiam. Votou o Presidente. Plenário, 19.12.1997 - Acórdão, DJ 11.04.2003.

A proposta da alternativa “d” é considerada equivocada ante o disposto na decisão liminar da ADIN 770-4, na qual fora proferida decisão deferindo pedido de medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do § 1º do art. 453 da CLT:

O Tribunal, por votação unânime, não conheceu da ação direta, quanto à impugnação deduzida em face do art. 011 da Lei nº 9528, de 10/12/97. Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, também por votação unânime, conhecendo, no ponto, da ação direta, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender,

com eficácia ex nunc, a execução e aplicabilidade do § 001º do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei nº 9528, de 10/12/97. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Ministros Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim. Plenário, 14.05.1998. Acórdão DJ 06.11.1998”.

5. Assinale a alternativa correta:

- a) A concessão das férias é exceção à regra geral, dependendo de escolha do trabalhador.
- b) A concessão das férias em mais de um período impõe, como mínimo, um período de pelo menos 14 dias.
- c) Os menores de 18 anos poderão cindir suas férias.
- d) As férias devidas aos empregados maiores de 50 anos não poderão ser concedidas de forma fracionada.
- e) A comunicação das férias deverá anteceder, pelo menos, 30 dias de seu início, facultando-se a forma verbal para qualquer empregado.

GABARITO: D

IMPUGNAÇÕES: *“Primeiramente, desde logo deve ser ressaltado que, de fato, a alternativa incorreta era a letra “d”, conforme publicado no gabarito oficial e não “e”, conforme afirmado na impugnação. Em segundo lugar, a afirmação contida na letra “a” não conta com a escolha do trabalhador e sim do empregador, considerando-se, no caso, a interpretação do “caput” do art. 134, da CLT”.*

6. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos não excedera de 5h00 diárias.
- b) Os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas, assim como aqueles que movimentam mercadorias do ambiente quente para o frio, e vice-versa, terão direito ao intervalo de 20 minutos de descanso após 1h40min de trabalho contínuo, computando esse intervalo como de efetivo descanso.
- c) O tempo despendido pelo empregado em minas de subsolo, da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa, será computado para o efeito de pagamento do salário.
- d) A lei 3999/61 não estipula jornada reduzida, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4h00 para os médicos. Assim não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria. O acordo individual para a compensação de horas é válido, salvo se houver normal coletiva em sentido contrário.
- e) A lei 4950-a/1966 não estipula jornada reduzida, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 6h00 para os engenheiros. Assim não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria.

7. Assinale a alternativa incorreta.

- a) além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário e outras prestações “in natura” que a empresa, por força do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- b) Não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, além da previdência privada.
- c) Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo coletivo não podem ser superiores a 70% do salário base percebido pelo empregado, pois se deve assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.
- d) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em plano de previdência privada, afrontam o disposto no art. 462 da CLT, que trata da intangibilidade salarial.
- e) É inválida a presunção de vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão. É de se existir demonstração concreta do vício de vontade.

8. Considerando-se as disposições legais bem como a jurisprudência dominante no E.TST, especialmente Súmula 380 e, tendo em vista que determinada pessoa física foi admitida como empregado da empresa “X” em 16.10.2004, contrato este rescindido sem justa causa em 31.12.2011, analise as assertivas a seguir:

- I- Na hipótese de rescisão a pedido, com dispensa de cumprimento do aviso prévio, as rescisórias deveriam ser pagas até 10.02.2012.
- II- No caso de injusta dispensa, a homologação da rescisão deveria ocorrer, no máximo, até 10.02.2012.
- III- Na hipótese de dispensa sem justa causa, com cumprimento do aviso prévio, as rescisórias deveriam ser pagas até 10.02.2012.
- IV- Em qualquer hipótese de motivação rescisória, o mero pagamento das verbas devidas na ruptura, dez dias após o último dia trabalhado, sempre elide a possibilidade de incidência da multa do art. 477, §8º, da CLT.
- V- No caso de injusta dispensa, independente da data da homologação, as verbas rescisórias deveriam ser pagas até o dia 11.02.2012.

Agora responda:

- a) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- b) Estão corretas apenas as proposições II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as proposições II e IV.
- d) Está correta apenas a proposição IV.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

Gabarito: E

9. Analise as proposições abaixo. Considere, também, a liberdade das negociações coletivas, a teoria do conglobamento e o princípio da proteção ao trabalhador. Após, responda:

I- Considere a hipótese de uma empregadora, pessoa jurídica, inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº5, de 14 de janeiro de 1991. Esta empregadora pode, por força de norma coletiva, na forma de adiamento, de acordo com as normas do PAT.

II- O valor em dinheiro ao empregado, a título do benefício decorrente do PAT, tem caráter remuneratório para fins de integração à remuneração para todos os efeitos, inclusive base de cálculo da gratificação natalina e do FGTS.

III- A ajuda-alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário.

IV- O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

V- Independente do conteúdo da norma coletiva, o benefício poderá ter caráter meramente indenizatório, ainda que pago em pecúnia, caso a empregadora seja integrante do PAT.

- a) Está correta apenas a proposição I.
- b) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
- c) Estão incorretas as proposições II e III.
- d) Estão corretas apenas as proposições II, III e IV.
- e) Estão corretas apenas as proposições III e V.

Gabarito: D

10. Determinado trabalhador foi contratado como atendente em um estabelecimento comercial, em 02.03.2011, com remuneração mensal inicial de R\$ 750,00, o valor este que, à época, correspondia ao piso salarial da categoria. Após um ano de serviço passou a auferir mensalmente, o valor de R\$ 1060,00. O acréscimo se deu em razão de reajuste negociado coletivamente vigente a partir da data-base, 01.03.2012, no percentual 8,0%, e o restante a aumento espontâneo concedido pelo empregador em razão do desempenho do trabalhador, promovido à função de gerente, sem controle de sua jornada de trabalho. Da remuneração de R\$ 1060,00, R\$810,00 corresponde ao salário efetivo e R\$ 250,00 à gratificação de função. O valor do salário mínimo nacional vigente na época do reajuste era R\$ 622,00 e o piso salarial a partir de 01.03.2012 passou a R\$ 810,00.

Analise as afirmações, considerando o período em que o empregado passou a exercer as funções de gerente. Após, responda:

I- O trabalhador não tem direito ao recebimento de horas extras, independentemente do limite de sua jornada, em razão da função gerencial desempenhada, configurando-se a exceção legal.

TRT 15 – Conc. 2011

II- O trabalhador tem direito à limitação da jornada, segundo regime previsto no art. 7º, da Constituição Federal.

III- O trabalhador não é abrangido pelas disposições do Capítulo II, da CLT (DA DURAÇÃO DO TRABALHO) , mas tem direito ao repouso semanal remunerado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Constituição Federal.

IV- O trabalhador tem direito ao recebimento de eventuais repouso semanais remunerados em dobro, na hipótese de não obter folga nos dias correspondentes sem a respectiva compensação.

V- O trabalhador não tem direito ao recebimento do adicional noturno mesmo na prestação de serviços entre 22h00 e 5h00.

- a) Apenas a proposição III está correta
- b) Estão corretas apenas as proposições III, IV e V.
- c) Estão corretas apenas as proposições II e IV.
- d) Estão corretas as proposições I e II.
- e) Apenas a proposição II está errada.

Gabarito: C

11. Considerando o conceito de remuneração, analise as assertivas abaixo. Após, responda.

I. O entendimento jurisprudencial dominante relativo às gorjetas é de que possuem caráter remuneratório, integrando a remuneração do trabalhador que as receba, integração esta que se dá para todos os efeitos, inclusive repercussão em todas as verbas também de cunho remuneratório devidas no pacto.

II. As *stock options* são consideradas remuneração, tendo em vista que sua concessão representa uma forma de o empregador dividir com o empregado o risco do negócio, estando, assim, contrariando o disposto no art. 2º, da CLT.

III. As gueltas não integram a base de cálculo dos repouso semanais remunerados.

IV. A Jurisprudência do E. TST tem atribuído natureza indenizatória à parcela paga ao atleta decorrente do denominado direito de arena.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III esta correta.**
- d) Apenas a assertiva II esta correta.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

Gabarito: C

12. Assinale a alternativa incorreta.

a) são considerados radialistas, para os efeitos da lei, também aqueles que trabalham em serviços de radiofusão de imagens.

TRT 15 – Conc. 2011

b) são considerados radialistas inclusive aqueles que trabalham para entidade privada e a fundação mantenedora que executam serviços de radiofusão, inclusive em circuito fechado de qualquer natureza.

c) são consideradas funções inerentes ao radialista, entre outras, a autoria, direção, produção, interpretação, dublagem, locução e caracterização.

d) não podem ser consideradas atividades de radialista as atividades inerentes ao tratamento de efeitos sonoros e visuais.

e) não são considerados radialistas os atores e figurantes que prestam serviços a empresas de radiofusão.

Gabarito: d

13. Relativamente às Comissões de Conciliação Prévia, analise as assertivas abaixo e, após, responda.

I. As Comissões de Conciliação Prévia não poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical .

II. Aquelas comissões porventura instituídas no âmbito do sindicato terão sua constituição e normas de funcionamento definidas no seu estatuto social. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

III. Comissão instituída no âmbito da empresa será composta pelos números de dois a dez membros, respectivamente mínimo e máximo. Haverá tantos suplentes quantos forem os titulares.

IV. As empresas e os sindicatos podem constituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais e coletivos do trabalho.

V. A duração do mandato dos membros das comissões de conciliação prévia é inferior à dos membros da CIPA.

a) Todas as assertivas estão incorretas.

b) A afirmação I esta correta e a II esta errada.

c) Apenas as assertivas III, IV e V estão incorretas

d) Apenas a afirmação III esta correta.

e) As afirmações I e III estão corretas.

Gabarito: D

14. Relativamente à figura da mãe social, figura instituída pela Lei 7.644/87, pode-se afirmar que:

I. Ela é empregada, porquanto presentes todos os requisitos exigidos no art. 3º, da CLT, para a caracterização do empregado.

II. Serão sempre empregadas públicas, considerando a finalidade das instituições que as podem admitir.

TRT 15 – Conc. 2011

III. Embora não sejam empregadas, têm direito ao recolhimento previdenciário e à contagem de seu tempo de prestação dos serviços para efeito de aposentadoria.

IV. Devem ter idade mínima de 25 anos para administrar uma casa lar.

V. Entende-se como casa lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores.

- a) Apenas a assertiva III está correta.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

Gabarito: C

15. As normas reguladoras nacionais tratam das diversas modalidades de transportes e, especialmente em relação aos portos a lei 8.630/93 regula a matéria. Em relação a esta lei, analise as assertivas abaixo e, após, responda.

I. Operação Portuária envolve exclusivamente a movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários.

II. Operador portuário: a pessoa física pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado.

III. A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será feita, exclusivamente, dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados.

IV. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.

V. A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será efetuada segundo livre escolha dos operadores portuários.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão erradas.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.**
- e) Estão incorretas as assertivas I, III e IV.

Gabarito: D

16) Relativamente à remuneração, analise as afirmações e, após, responda:

I. O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.

II. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

III. Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

IV. A atuação do empregado com dolo autoriza o desconto em seu salário do dano causado ao empregador. Idem relativamente à culpa. Imprescindível, em ambos os casos, o ajuste prévio.

V. É ilícito o desconto salarial referente à devolução dos cheques sem fundo, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

a) Estão corretas apenas as afirmações I, II e V.

b) Estão corretas apenas as afirmações I e II.

c) Estão corretas apenas as afirmações II e III.

d) Estão corretas apenas as afirmações III e IV.

e) Todas as afirmações estão incorretas.

GABARITO: C

17) Relativamente à jornada de trabalho, analise as assertivas que seguem e, após, responda:

I. Ao trabalhador rural menor, atuando no ramo da pecuária, é vedado o trabalho após as 20h00.

II. É possível e legalmente admissível substituir-se a redução da jornada de trabalho no período do aviso prévio pelo pagamento, como extras, das horas correspondentes à redução.

III. Segundo entendimento jurisprudencial do E. TST, os casos de labor em turnos ininterruptos de revezamento não dão ensejo à redução da hora noturna prevista no art. 73, da CLT.

IV. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

V. A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário.

a) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.

b) Estão erradas apenas as afirmações I, III e V.

c) Estão corretas apenas as afirmações I, IV e V.

- d) Está correta apenas a afirmação V.
- e) Está correta apenas a afirmação I.

GABARITO: C

18) Considerando o instituto das férias, analise as assertivas abaixo e, após, assinale a alternativa correta:

- I.** A concessão das férias coletivas não modificará o período aquisitivo das férias dos trabalhadores que, à época da respectiva concessão, contem com menos de um ano de emprego.
- II.** Na hipótese do empregado pago por percentagem, comissão ou viagem, será apurada a média percebida pelo mesmo no período aquisitivo respectivo.
- III.** A parcela “in natura” a título de moradia paga mês a mês ao trabalhador mensalista não gera incidências reflexas nos cálculos das férias, ainda que a natureza daquela seja judicialmente fixada.
- IV.** Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
- V.** O valor recebido pelo empregado a título de adicional de insalubridade em parte do período que antecede a concessão das férias gerará incidência nestas segundo a média duodecimal atualizada.

a) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.

- b) Estão corretas as afirmações I e III.
- c) Estão corretas apenas as afirmações II e V.
- d) Está correta apenas a afirmação V.
- e) Estão corretas as afirmações III e V.

GABARITO: A

19) A respeito do trabalho indígena, considerando o disposto na Lei 6001/73, assinale a alternativa correta:

- a) Os índios isolados podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validação do pacto.
- b) Os índios habitantes de parques ou colônias podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validade do pacto.
- c) Os índios integrados podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validade do pacto.
- d) Não será permitida a realização de contratos por equipe ou a domicílio para o trabalho dos indígenas.
- e) Não será permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio, obedecendo-se, na contratação, sempre as normas gerais dos demais trabalhadores.

GABARITO: B

20) A reclamante, admitida em 20/08/09, recebeu auxílio doença previdenciário no período de 10/03/11 a 10/10/11. Ao retornar ao serviço, no dia 11/10/11, foi orientada pelo empregador a aguardar em casa. Foi dispensada sob alegação de abandono de emprego em 20/10/11. A reclamante requereu sua reintegração no emprego, alegando ser portadora de doença ocupacional, bem como a condenação da reclamada ao pagamento dos salários, férias + 1/3 e 13º salários do período de 10/03/11 até a reintegração. O laudo médico do Perito Judicial concluiu pela ausência do nexo causal entre a patologia havida pela reclamante e seu labor prestado à empresa reclamada. É correto afirmar que a reclamante:

- a) Tem direito aos salários a partir de 10/03/11.
- b) Tem direito à reintegração, uma vez que o contrato de trabalho estava suspenso.
- c) Tem direito ao FGTS do período de suspensão do contrato de trabalho.
- d) Não tem direito à reintegração, eis que não configurada a doença ocupacional, devendo ser considerada dispensada sem justa causa, pela ausência do *animus abandonandi*.
- e) Tem direito às férias integrais do período aquisitivo de 20/08/2010 a 19/08/11 e proporcionais de 20/08/11 a 20/10/11, ambas acrescidas de um terço.

GABARITO: D

RESPOSTA DA BANCA À IMPUGNAÇÃO

Fundamentos: A alternativa “e” está incorreta, eis que, a percepção de auxílio-doença importa na suspensão do contrato de trabalho, iniciando-se o decurso de novo período aquisitivo após o recebimento de auxílio-doença por mais de 6 meses, nos termos do artigo 133, § 2º da CLT. Portanto, pelos fatos apresentados, não seria preservada a contagem original dos períodos aquisitivos a partir da admissão da reclamante, motivo

pelo qual a alternativa “e” se encontra incorreta, eis que houve início de novo período aquisitivo a partir do retorno da reclamante ao trabalho, em 11/10/11.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O contrato de aprendizagem exige forma escrita e possui duração máxima de 2 anos exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
- b) A empregada que obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança fará Justiça a licença maternidade.
- c) A jornada de atividade em estágio de estudante de ensino superior da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular não pode ultrapassar 6hs diárias e 30hs semanais.
- d) A ausência do termo de adesão entre a entidade privada sem fins lucrativos e o prestador de serviço voluntário, forma exigida no artigo 2º, da Lei nº 9.608/98, importa no reconhecimento do vínculo empregatício entre ambos, ainda que ausente a onerosidade.

e) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de 3 meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do MTE.

GABARITO: D

22. Sob a ótica das Súmulas do TST, aponte a alternativa incorreta:

- a) A justificção da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.
- b) É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, exceto se praticista.
- c) Aos ferroviários que trabalham em estação do interior, assim classificadas por autoridade competente, não são devidas horas extras.
- d) Chefe de trem, regido pelo estatuto dos ferroviários, não tem direito à gratificação prevista no respectivo estatuto.
- e) Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias.

GABARITO: B

23) Com base em Súmulas de jurisprudência do TST, não é correto afirmar:

- a) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de 4 semanas.
- b) É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos 2 institutos.
- c) O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do parágrafo 2º do artigo 224, da CLT.
- d) Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não tem direito a jornada especial dos bancários.
- e) O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção, e refinação do petróleo, industrialização de xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, é regulado pela Lei nº 5.811, de 11.10.1972, não se lhe aplicando a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista no artigo 73, §1º, da CLT.

GABARITO: A

24) Aponte a alternativa incorreta, com base em Súmulas do TST:

TRT 15 – Conc. 2011

- a) O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcional com as horas efetivamente trabalhadas, respeitando o mínimo de 44 horas mensais.
- b) A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.
- c) A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na Gratificação Natalina.
- d) O empregado que se demite antes de completar 12 meses de serviço tem direito à férias proporcionais.
- e) Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

GABARITO: A

25) Relativamente à insalubridade, é incorreto afirmar:

- a) Sua eliminação ou neutralização ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente do trabalho dentro dos limites de tolerâncias ou com a utilização de Equipamentos de Proteção Individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- b) O quadro de atividades e operações insalubres será aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- c) O Ministério da Saúde adotará normas sobre os critérios de tolerância aos agentes agressivos e tempo máximo de exposição do empregado a tais agentes.
- d) São consideradas operações insalubres, entre outras, aquelas que, pelas condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados considerada a natureza e intensidade do agente, além do tempo de exposição a seus efeitos.
- e) A caracterização e a classificação da insalubridade se dará através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

GABARITO: C

26. Relativamente aos intervalos intrajornadas é correto afirmar:

- a) Para o trabalhador que atue em turno ininterrupto de revezamento, o intervalo interjornadas mínimo legal é de 12h00.
- b) O intervalo interjornadas mínimo legal para o jornalista é de 10h00.
- c) O intervalo interjornadas mínimo legal para o bancário é de 10h00.
- d) O intervalo interjornadas mínimo legal para o professor, em um mesmo estabelecimento, é de 9h00.
- e) O intervalo interjornadas mínimo legal para o motorista rodoviário é de 8h00.

GABARITO: B

27. Relativamente ao professor, é correto afirmar:

- a) O número máximo diário de aulas a serem ministradas em um mesmo estabelecimento é oito, observado máximo de quatro consecutivas.

- b) Sua remuneração será fixada pelo número de aulas mensais;
- c) Seu pagamento será mensal, apurando-se as aulas semanais multiplicadas por 4,5.
- d) O número máximo de faltas não descontadas, na hipótese de gala, é de três dias.
- e) O desconto decorrente de faltas será efetuado segundo o número de dias de ausência no mês, independente do número de aulas, ainda que distinto em cada dia da semana.

GABARITO: C

28. Sobre o empregado doméstico não é correto afirmar:

- a) É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene, moradia.
- b) O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 dias com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal após cada período de doze meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família;
- c) O depósito do FGTS é facultativo.
- d) É vedada a dispensa sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- e) O trabalhador doméstico tem direito ao seguro-desemprego, quando inscrito no FGTS, se requerido no prazo de até 120 dias contados da data da dispensa.

GABARITO: D (alterado para E). Justificativa publicada pela banca do concurso:

“Por erro material, constou do gabarito preliminarmente divulgado que a alternativa correta da questão 28 é a de letra “D”. O enunciado da questão diz que “Sobre o empregado doméstico não é correto afirmar:” A alternativa “D” reproduz texto da Lei n. 5.859/72, em seu art. 4º-A. Portanto, traz afirmação correta.

Já a alternativa “E” contraria o disposto no art. 6º-C da referida norma, pois afirma que o seguro-desemprego deverá ser requerido até 120 dias contados da dispensa, quando a lei estipula que dito prazo é de 07 a 90 dias contados da dispensa.

Quanto a estar incorreta a assertiva da alternativa “A”, não assiste razão aos impugnantes. Como os próprios candidatos aduzem, referida alternativa reproduz o caput do art. 2º-A da Lei do Trabalho Doméstico, e o parágrafo 1º do dispositivo excepciona apenas a moradia, e ainda assim, “quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação desse serviço e desde que haja acordo entre as partes”.

Destarte, acolhem-se parcialmente as impugnações, para sanar o erro material e esclarecer que alternativa correta da questão n. 28 é a de letra “E”.”

29. Aponte a alternativa incorreta, tomando-se por base as Orientações Jurisprudenciais do Colendo TST.

TRT 15 – Conc. 2011

- a) O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado.
- b) A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula;
CORRETA. A assertiva segue o disposto na OJ 244 da SDI1, TST.
- c) O ferroviário submetido a escalas variadas, com alternância de turnos, **não faz** jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1998 (turnos ininterruptos de revezamento).
- d) A jornada reduzida de que trata o art. 227 da CLT não é aplicável, por analogia, ao operador de televendas, que não exerce suas atividades exclusivamente como telefonista, pois, naquela função, não opera mesa de transmissão, fazendo uso apenas dos telefones comuns para atender e fazer as ligações exigidas no exercício da função.
- e) A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

GABARITO: C

30. Aponte a alternativa incorreta, tomando-se por base Jurisprudência consolidada no C. TST:

- a) Os empregados menores de 18 anos não podem ser discriminados em cláusula de norma coletiva que fixa salário mínimo profissional para a categoria.
- b) Não é necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.
- c) Nos termos do art. 10, II, “b”, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º, da CLT, conforme entendimento da Seção de Dissídios Coletivos do C. TST, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.
- d) Somente após o término do período estável é que se inicia a contagem do prazo do aviso prévio para efeito das indenizações adicionais previstas no art. 9º da Lei 6.708 e 9º da Lei 7.238/84.
- e) O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/65, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas concedido àqueles que prestam serviços na área portuária.

GABARITO: B

31. Sobre Segurança e Higiene do trabalho, não é correto afirmar:

TRT 15 – Conc. 2011

- a) Em se tratando de empresa que promova atividade em mais de um Estado do país, incumbe exclusivamente aos órgãos de âmbito nacional competente em matéria e segurança e medicina do trabalho coordenar, orientar, controlar, supervisionar e promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.
- b) Compete exclusivamente as DRT, nos limites de sua jurisdição, adotar as medidas que se tornem exigíveis, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias.
- c) A proibição de reeleger por mais de uma vez o representante na CIPA não se estende aos suplentes que não tenham participado de pelo menos metade das reuniões.
- d) Nos termos da lei, é de 60 kg o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.
- e) A jornada diária do cabineiro de elevador é de 6 horas, vedada a sua prorrogação.

GABARITO: A

32) O artigo 189 da CLT dispõe que serão consideradas atividades insalubres ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. A respeito da insalubridade, e levando em conta os entendimentos jurisprudenciais pacificados do C. TST, assinale a alternativa correta:

- a) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.]
- b) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.
- c) Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. A limpeza em residência e escritórios e respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho.
- d) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
- e) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. Se percebida por mais de dez anos, a parcela incorpora-se à remuneração do empregado. Neste caso, eventual reclassificação ou descaracterização da insalubridade por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional, em decorrência do direito adquirido e do princípio da irredutibilidade salarial.

GABARITO: E

33) O direito de ação quanto a crédito resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato. Assim, dispõe o artigo 11 da CLT, sendo que o disposto neste artigo não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social. Sobre a prescrição, assinale a assertiva correta, de acordo com a notória e atual jurisprudência do C. TST:

- a) Na lesão de direito que atinja prestações periódicas, de qualquer natureza, devidas ao empregado, a prescrição é sempre total e se conta a lesão do direito.
- b) Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.
- c) Para o bancário, em se tratando de horas pré contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de dois anos, a partir, da data e que foram suprimidas.
- d) Na ação que objetiva corrigir o desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 2 (dois) anos que precedeu o ajuizamento. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é de 05 anos, contada da data do enquadramento do empregado.
- e) A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho. Já a pretensão a diferença de complementação de aposentadoria sujeita-se a prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretense direito de recorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

GABARITO: E

34) Reclamações trabalhistas envolvendo grandes empresas acabam por trazer à Justiça do Trabalho a apreciação reiterada de certas matérias. Como instrumento de unificação da jurisprudência, o C. TST edita Súmulas e Orientações Jurisprudenciais sobre muitas dessas matérias. Considerando os verbetes jurisprudenciais do TST, indique a alternativa incorreta:

- a) Em relação aos empregados do BANESPA, a complementação de aposentadoria, prevista no artigo 106, e seus parágrafos, do regulamento de pessoal editado em 1965, só é integral para os empregados que tenham 30 ou mais anos de serviços prestados exclusivamente ao banco.
- b) O acordo homologado no Dissídio Coletivo nº do TST – DC 810.950.2001.3, que estabeleceu a garantia de emprego aos empregados em atividade do Banco do Estado de São Paulo S.A – BANESPA e que, portanto, não se aplica aos empregados aposentados, não prevalece sobre a fixação do reajuste salarial previsto na convenção coletiva firmada entre a Federação Nacional dos Bancos – Fenaban e os sindicatos dos bancários.
- c) As alterações na estrutura do Plano de Cargos Commissionados do Banco do Brasil, introduzidas pelas Cartas Circulares DIREC FUNCIONÁRIOS 96.0904 e 96.0957, dentre as quais a substituição do Abono de Função e Representação (AFR) pelo Adicional de Função (AF) e pelo Adicional Temporário de Revitalização (A-

TR), não autorizam o pagamento de diferenças de complementação de aposentadoria aos inativos por só abrangerem os empregados em atividade, bem como em razão de o Plano de Incentivo à Aposentadoria da época do jubileamento ao conter previsão de eventual alteração a estrutura dos cargos comissionados aqueles que se aposentam.

d) Ausente a fidúcia especial que alude o artigo 224, parágrafo 2º da CLT, é ineficaz a adesão ao empregado a jornada de 8 horas constante do Plano de Cargos em Comissão da Caixa Econômica Federal, o que importa no retorno a jornada de 06 horas, sendo devidas como extra a sétima e oitava horas laboradas. A diferença de gratificação de função recebida em face da adesão ineficaz poderá ser compensada com horas extraordinárias prestadas.

e) Apesar da vedação de pagamento em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes no ano civil, disposta no artigo 3º, da Lei 10.101 de 19.12.2000, o parcelamento e prestações mensais da participação dos lucros e resultados de janeiro de 1999 a abril de 2000, fixado no acordo coletivo celebrado entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Volkswagen Ltda, não retira a natureza indenizatória da referida verba (artigo 7º, XI da CF), devendo prevalecer a diretriz constitucional que prestigia a autonomia privada coletiva (artigo 7º, XXVI, da CF).

GABARITO: B

35. Aponte a alternativa incorreta, considerando o entendimento jurisprudencial consolidado do TST:

a) As normas relativas à complementação de aposentadoria, inseridas no Manual de Pessoal da Petrobrás têm caráter meramente programático, delas não resultando direito a referida complementação.

b) Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição da estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência desta.

c) A deliberação da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, prevista no Plano de Carreira, Cargos e Salários como requisito necessário para a concessão de progressão por antiguidade, por se tratar de condições puramente potestativas, não constitui óbice ao deferimento da progressão horizontal por antiguidade aos empregados, quando preenchidas as demais condições dispostas no aludido plano.

d) A parcela denominada sexta parte, instituída pelo artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devida apenas aos servidores estaduais, celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no artigo 124 da Constituição Estadual, não se estendendo aos empregados de sociedade de economia mista e de empresas públicas, integrantes da Administração Pública Indireta submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, II da CF.

e) Ainda que preenchidos os requisitos do artigo 3º da CLT, não será reconhecida a relação de emprego entre policial militar e empresa privada.

GABARITO: E

36. O art. 522 da CLT prevê que a administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral. Já o art. 543 consolidado prescreve garantias para o dirigente sindical. Sobre o tema, analise as questões que seguem, e responda com base no entendimento jurisprudencial sumulado do C. TST.

I. O art. 522 da CLT não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Não fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT, a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade, mesmo se exercer na empresa atividade diversa à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, assegura-lhe a estabilidade, visto que aplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- a) Estão corretas somente as afirmações I, II e IV.
- b) Estão corretas somente as afirmações II, III e IV.
- c) Está correta somente a afirmação III.
- d) Está correta somente a afirmação IV.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

GABARITO: C

37. A Constituição Federal consagra o princípio da liberdade de associação profissional ou sindical. Sobre esse tema, levando em conta os textos legais e os entendimentos jurisprudenciais pacificados pelo C. TST e pelo E. STF, aponte a alternativa errada:

- a) A assembleia geral do ente sindical fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical, independentemente da contribuição prevista em lei.
- b) A contribuição confederativa de que trata o art. 8., IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- c) A contribuição assistencial será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração.
- d) A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá, para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a tabela progressiva prevista no inc. III do art. 580 da CLT.

e) Excluem-se da regra de recolhimento da contribuição sindical as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos.

GABARITO: C

38. A Lei Complementar n. 123/2006 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A respeito das contribuições sindicais em relação a essas empresas é correto afirmar que:

a) A Lei Complementar n. 123/2006 traz expressa referência à obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical.

b) A Lei Complementar n. 123/2006 prevê a imunidade tributária da microempresa e da empresa de pequeno porte, mas o STF entende que tal disposição é inaplicável, uma vez que o art. 580 da CLT não faz distinção entre estas empresas e as demais, sendo inconstitucional o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

d) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo, *assim como do reconhecimento da contribuição à Seguridade Social, quota parte de seus empregados.*

e) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades do serviço social autônomo, *assim como do recolhimento da contribuição à Seguridade Social, quota parte devida pelo empresário contribuinte individual.*

GABARITO: C

39. O art. 613 da CLT traz requisitos obrigatórios a serem observados pelas convenções e acordos coletivos de trabalho. Sobre referidas normas, analise as proposições abaixo:

I. É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

II. O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

TRT 15 – Conc. 2011

III. As condições de trabalho alcançadas por força, de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.

IV. As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, *mas integram*, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho, em se tratando de cláusula social mais benéfica ao trabalhador.

Responda, considerando os entendimentos sumulados do C. TST a respeito:

- a) Todas as proposições acima estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- d) Estão corretas somente as proposições II e IV;
- e) Todas as proposições estão erradas.

GABARITO: C

40. Sobre normas coletivas trabalhistas é errado afirmar:

- a) Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, em especial quando se trata de norma de ordem pública, de caráter imperativo, que acaba restringindo o campo de atuação da vontade das partes.
- b) Não se admite aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento no art. 868 e seguintes, da CLT.
- c) Não há necessidade de submeter à Justiça do Trabalho homologação de acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho.
- d) São compatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito.
- e) É vedado ao sindicato utilizar-se de dissídio coletivo como instrumento apto para obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, mesmo porque esta matéria - enquadramento sindical - envolve a interpretação de norma genérica, de modo especial o art. 577 da CLT.

GABARITO: D